

PINGA-FOGO

■ O FATOR RUAS - A rearrumação da casa, depois de um lampejo antecipado do processo sucessório no estado do Rio, serviu para colocar na mesa um nome de peso: o deputado Douglas Ruas. Filho do capitão Nelson e afilhado do deputado Altineu Côrtes, o parlamentar é o nome do PL para a presidência da Alerj, seja em mandato tampão ou para a próxima legislatura. É um nome que cresceu muito no final de 2024 e início de 2025 como até um possível candidato a Governador.

■ Bem casado, com uma família bonita, com excelente desempenho no executivo como secretário de Habitação, oriundo de um dos maiores colégios eleitorais do estado, é um nome que precisa ser tratado com o maior respeito pelo lastro eleitoral que traz. O PL fluminense está coeso com ele. O horizonte principal, no momento, é o comando do legislativo estadual.

■ PÁREO ABERTO - Esta precipitação eleitoral do processo do estado do Rio revelou alguns nomes na cena sucessória: o ex-delegado e ex-deputado federal Marcelo Itagiba sendo lembrado pelo Partido Novo, encarnado na mesma essência que fez o Wilson Witzel decolar. Itagiba se apresenta como o Xerife, capaz de priorizar a questão da segurança, o que é a grande demanda do eleitor.

■ Curioso é o aspecto folclórico do PSDB Fluminense, que, depois de minuar por ingratidões partidárias e perder nomes sérios, pode dar abrigo ao ex-governador Wilson Witzel, que sonha em ser reabilitado e voltar a residir no Laranjeiras. Um triste fim para a histórica legenda que definhou.

■ DIÁLOGO SENATORIAL - O senador Flávio Bolsonaro tem agenda em Brasília com o governador Cláudio Castro. Vão conversar e muito. Os dois são amigos e Flávio sempre emitiu sinais positivos para o governador, tendo, inclusive, uma pasta no primeiro escalão. A nomeação de Gutemberg Reis para a Defesa do Consumidor é uma indicação pessoal do senador. Não havia lógica de ele não apoiar Castro e nem a precoce candidatura de Rodrigo Bacellar e manter o seu quinhão no governo.

■ CADA UM NO SEU QUADRA-DO - A normalidade volta ao início do segundo semestre na política fluminense, pelo menos até o fim do recesso parlamentar: o governador governa, o presidente da Alerj comanda a Casa de Leis, os líderes de partidos contraem as suas alianças. E os réus, como Washington Reis, cuidam da sua defesa.

■ PUXANDO O CALENDÁRIO - A precipitação eleitoral não foi algo exclusivo da direita. É bom lembrar que o prefeito Eduardo Paes começou a ciscar com muito apetite no interior, voando de helicópteros para encontros políticos e visitar outros prefeitos; anunciando em jornais do interior; acirrando o conflito com namoro a Washington Reis; e perambulando por gabinetes de cortes superiores em Brasília. Inclua-se na lista armar a guarda municipal e avançar na pauta da segurança pública.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, durante almoço na Casa Correio da Manhã, no Lago Sul em Brasília. Na foto, ladeado pela equipe do grupo CM no DF: o Publisher e Diretor de Redação, Cláudio Magnavita; o colunista William França; a editora de Economia, Martha Imenes; o Editor-Chefe da Edição Nacional, Rudolfo Lago; Sônia Brandão, comercial; o Diretor Digital, Tales Faria; e o Diretor de Relações Institucionais, Sergio Nery



O governador do Rio, Cláudio Castro (d), com o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira (e) e o conselheiro Antônio Edílio Teixeira

Castro destaca medidas já adotadas durante reunião com comitê da ADPF 635

O governador Cláudio Castro destacou, durante reunião no Ministério Público Estadual nesta terça-feira (15), que já estão sendo desenvolvidas várias ações de acordo com o estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal dentro da ADPF 635. É o caso, por exemplo, do plano para retomada de territórios. No encontro com o comitê independente criado para monitorar o cumprimento das medidas, estavam presentes o procurador-geral de Justiça do Rio, Antonio José Campos Moreira, e o presidente do comitê, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público Antônio Edílio Magalhães Teixeira.

“Nosso trabalho já começou, com metodologia e pesquisa. Há um excelente diálogo do Governo do Estado com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça e será importante chancelar com esse comitê se o que estamos fazendo está dentro das diretrizes do STF, já que o Estado é o executor dessa política pública”, disse Cláudio Castro.

O procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, enfatizou o caráter independente do comitê, bem como a visita institucional do governador Cláudio Castro para apresentar os trabalhos realizados pelo estado.

Museu da Justiça, no Rio, inaugura três novas exposições

Que tal vivenciar uma experiência interativa passeando pela história do Direito e da Justiça? Ou mergulhar na história da Justiça no Brasil, através de suas Constituições, escolhendo a época em que cada Constituição esteve em vigência? Ou conhecer os objetos e coleções que pertenceram a Dom Pedro II? O público que visitar o Museu da Justiça poderá ter acesso a essas e outras experiências interativas em três exposições inauguradas na última semana.

Marcando a conclusão da primeira etapa do processo de sua revitalização, o Museu inaugurou duas exposições interativas permanentes. A “Origens do Direito e Princípios da Justiça”, retrata a história do Direito e da Justiça, de uma forma geral, abrangendo desde o Código de Hamurabi até as Ordenações ao visitante uma experiência imersiva e divertida de acesso ao conteúdo. Também de forma interativa, a segunda exposição, “História do Direito e da Justiça no Brasil”, parte das Ordenações Filipinas até chegar à Carta de 1988. O espectador pode escolher sobre o que ouvir ou pesquisar em cada uma das Constituições que vigoraram no país. Já a terceira exposição, temporária, “A Partilha do Imperador Dom Pedro II”, apresenta o acervo pertencente ao Museu da Justiça, revelado a partir da divulgação do inventário de Dom Pedro II e, também, peças e material cedidos por vários museus e instituições.



O presidente do TJRJ, Ricardo Couto, ao lado da Juiza Paula Feteira durante visita ao Museu da Justiça



Na sequência: Desembargador Marcos Faver; Juiz Jean Albert Saadi; Presidente da ANDES desembargador Fábio Dutra; juíza Rita Vergette; desembargador Carlos Santos de Oliveira; desembargadora Suely Lopes Magalhães; e a desembargadora Rosa Maria Cirigliano Maneschy



A desembargadora Renata França, com o presidente do TJRJ, Ricardo Couto (d) e o corregedor-geral de Justiça, Cláudio Brandão (e)



A desembargadora Regina Lucia Passos e o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto

■ SENADOR PP - O deputado Pedro Paulo estudando seriamente a possibilidade de concorrer ao Senado em 2026. As contas voltaram a ser feitas na Luz dos acontecimentos do JULHO VERMELHO, como está sendo chamado o período de rearrumação política ocorrida neste mês, quando a ebulição do

caldeirão político chegou ao máximo. Pedro Paulo tem a seu favor o protagonismo político com a relatoria que hoje ocupa na Câmara.

■ NO OLIMPO - A fervura política teve início com a saída do vice Thiago Pampolha para o Tribunal de Contas do Estado. Hoje, no con-

fortável cargo vitalício que ocupa, ele assiste o parquinho pegar fogo e puxa aquele seu tradicional sorriso maroto de canto de boca e murmura: “Eu avisei...”.

■ TRÊS VAGAS - Aliás, um aviso aos navegantes: o TCE tem a possibilidade de ter três vagas neste segundo semes-

tre: a de José Gomes Graciosa e de Marco Antônio Alencar, que completam 72 anos e podem pegar o boné quando liberados; e ainda a de Domingos Brazão, se ele for condenado. As três dependem do judiciário. Muita tinta na caneta do governador e da Alerj para um novo cenário que pode surgir.

Fernando Molica

Bolsonaro e a hora de já ir embora

As confusões da oposição em torno do tarifaço de Donald Trump geraram, em setores da direita, uma tensa expectativa sobre o que fazer diante de um desgaste ainda maior de Jair Bolsonaro. Os sucessivos tropeços fortalecem um questionamento que, até então, só era mencionado no breu das tocas: será que já não é hora de ele já ir?

A declaração de inelegibilidade do ex-presidente pela Justiça Eleitoral e a alta probabilidade de sua prisão eram considerados fatores de enfraquecimento da principal liderança do grupo, mas sua aposta na ajuda norte-americana tem se revelado, até o momento, desastrosa, capaz de prejudicar boa parte do universo político da direita.

A cada dia fica mais evidente que a campanha nos Estados Unidos conduzida por Eduardo Bolsonaro, deputado federal licenciado, e pelo blogueiro Paulo

Renato de Oliveira Figueiredo Filho tem apenas o único objetivo de evitar que o ex-presidente vá para a cadeia.

Não importa que, para isso, bolsonaristas deem a Trump desculpas para ele tomar medidas que prejudiquem empresários e trabalhadores brasileiros, que virem de cabeça pra baixo as relações entre os dois países.

O episódio ressalta, de maneira explícita e quase caricatural, que a carreira política dos Bolsonaros tem, como principal objetivo, o de defender interesses da família. Desde os menores, sintetizados nas histórias de rachadinhas tão bem detalhadas no livro “O negócio do Jair” (Zahar), de Juliana Dal Piva, até outras, mais amplas, que envolvem uma espantosa desenvoltura no mercado imobiliário.

O próprio alinhamento de Bolsonaro com a direita de ideário liberal é falso e oportunista. Ele, desde a caserna, tinha

uma atuação voltada para interesses corporativos, o que incluía os seus. Seu, vá lá, arcabouço ideológico não passava de uma coleção de absurdos históricos em defesa da ditadura e dos torturadores.

O caso da privatização da Vale é bem ilustrativo: revoltado com a venda da empresa, Bolsonaro, mostrou-se herdeiro do viés estatizante e nacionalista que ainda era muito presente entre os militares. Em entrevista ao apresentador Jô Soares, sugeriu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo crime de entregar a estatal à iniciativa privada. Reclamou também da venda de empresas de telecomunicações e de reservas de petróleo.

Sua conversão ao liberalismo é tão fake quanto os efeitos da cloroquina no combate à Covid 19. Subiu no cavalo de Paulo Guedes porque era o único disponível naquele momento,

passaporte capaz de lhe emprestar alguma credibilidade nos mercados que se lixavam do besteiro de kit gay e outras baboseiras.

A força com que, em 2022, recorreu aos fundos públicos para tentar viabilizar sua reeleição também mostrou que sua paixão pelo liberalismo rivaliza com a que sente pela democracia.

Grande comunicador, político capaz de perceber sentimentos escondidos pelo eleitorado, Bolsonaro foi a aposta disponível num momento de profunda crise do PT e da esquerda em geral. Líder carismático, cultivou uma fidelidade de padrões menos políticos e mais religiosos, a história do “Mito”, alguém além das picuinhas terrenas.

Essa sua capacidade evitou que os tantos escândalos a ele atribuídos — as velhas rachadinhas, intromissão na Polícia Federal, tentativa de golpe, apro-

priação indevida de joias, divulgação de mentiras sobre urna eletrônica — fossem relevados pelos seus fiéis seguidores. Na era das redes sociais, informações são recebidas, principalmente, para confirmar percepções, não para mudá-las.

A parada do Trump, porém, mudou boa parte dessa adulação. Ao colocar seus interesses pessoais acima dos nacionais, Bolsonaro mandou pra escanteio a primeira afirmação do mote que coloca o Brasil acima de tudo. Deus, por enquanto, continua acima de todos, mas sabe-lá o que o Capetão Laranja poderá exigir em nova rodada de chantagens.

De mancada em mancada, Bolsonaro, aos poucos, deixa de ser mito para cor-religionários, que começam a pensar em como fazer para se livrarem de um cara que é muito bom de voto, mas péssimo na parceria em torno de projetos que não priorizem a sua própria família.